Reunião da Assembleia Intermunicipal
16 de abril de 2012
Acta nº. 1

Na sede da CI Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida pelo Presidente da Assembleia Intermunicipal, Rogério de São Bento Camões, ladeado pelo Vice-Presidente, Álvaro de Oliveira Gomes, e pelo Secretário, Ernesto Carlos Rodrigues Barros. ----------

Estiveram presentes os seguintes membros: ----------
Carlos Alberto Baptista Guerra, José Carlos Raposo Marques Vidal, Hilário Manuel Ferreira dos Santos, Manuel Augusto de Almeida Farias, Paulo Manuel Matos Soares, Delfim do Santos Bismark Álvares Ferreira, Fausto Miguel Vidal Meireles de Azevedo, Olga Marques dos Santos Ladeira, António Rafael das Neves Timóteo, José Lagoa Duarte, Maria Lúcia Braga Araújo, Rui António de Almeida Marinha, Manuel José Prior Pedreira Neves, Paulo Jorge Lopes Anes, António Manuel Valente de Sousa, José Augusto da Luz Matos, José Alberto da Costa Figueiredo, Paulo Marco de Matos Couceiro e Costa Braga, Pedro Rodrigues de Almeida Matos, António Pedro Oliveira Martins, Maria de Fátima Ramos Bola, Mário Júlio Carlos Ramos, Paulo Manuel Namorado Nordeste, Augusto Carlos dos Santos Leite, José Alcides Ramos Pereira, Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata, Rogério Mário dos Santos, José de Figueiredo Lino, José Eduardo Alves Fragateiro, Maria Cecília Reis Almeida Oliveira, Ercília Maria Marques Pedro, Sérgio Paulo Borges de Pinho Pereira, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, José Luís da Silva e Almeida, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, Carlos Manuel Simões das Neves, Juan Carlos Ferreira Martins, Jorge Luís Nunes de Oliveira, Manuel Marcelino Santos Manangão, Rogério Simões. ----------
---

Estiveram ausentes os membros: Jorge Carvalho Arroteia, Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto (que justificaram a falta), Maria de Lurdes Sousa Tavares da Silva, Lúcia Maria das Neves Pires Cerca, José Gonçalo Borges da Fonseca, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Raul Ventura Martins, António José Flor Agostinho, José Manuel Andrade Simões, Gladys del Carmém Ferreira de Oliveira, Manuel Nunes Simões dos Santos, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva. ----------
---

Constituído o quórum, o Presidente da Assembleia Intermunicipal iniciou a sessão pela leitura da convocatória e informou a correspondência recebida. ----------
---

Passando de imediato à Ordem de Trabalhos constante da respetiva convocatória. ------

1. Período "Antes da Ordem do Dia": ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia. ----------

Não houve inscrições para o uso da palavra neste ponto da ordem de trabalhos. ---------
---
---

2. Informação do Presidente do Conselho Executivo relativa à Atividade da CI Região de Aveiro no período compreendido entre 24 de novembro de 2011 e 5 de abril de 2012: ----------

O Presidente do Conselho Executivo referiu que se procurou sumariar as notas principais da atividade neste período, num tempo de contradições e de interação junto do Governo. É uma fase de suspensão de um conjunto de decisões do Governo, inclusivamente o QREN está suspenso pela "Operação Limpeza", que o Conselho de Ministros determinou. Existem duas questões muito importantes pendentes, o quadro de investimentos da Polis Litoral Ria de Aveiro e a questão das Águas da Região de Aveiro. Foi um período intenso e relevante para a nossa associação de municípios. ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia. ----------

José Matos (Estarreja) solicitou informações da reunião com o Secretário de Estado das Autarquias Locais, e reafirmou a preocupação com a questão das portagens entre Aveiro e Angeja, e com o trânsito infernal na EN109. Fez referência à questão das Águas da Região de Aveiro, com uma situação nublosa, e com a possibilidade de privatização da AdP, solicitando esclarecimentos nesta matéria. ----------

Hilário Santos (Águeda) referiu que na última Assembleia Intermunicipal foi pedido uma reunião/assembleia com a AdRA. Além da indecisão do futuro desta empresa, se esta está ou não a responder ao que se comprometeu com os municípios, designadamente no que diz respeito ao plano de investimentos, que está a ser adiado, mas as obrigações dos munícipes não estão a ser adiadas e estão a ser cobradas de acordo com o plano estipulado, criando um balanço desigual. Considera muito importante um levantamento exato do que está a acontecer com a AdRA e o que cada município já contribuiu. Relativamente ao Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro em execução, em que estava previsto para janeiro o levantamento e diagnóstico, recordou que tinha sido pedida alguma urgência nesta matéria para com a questão da ferrovia, face à possibilidade da Linha do Vale do Vouga ser extinta. Questionou o que este plano já trabalhou nesta matéria. Solicitou esclarecimentos sobre o Documento Verde da Reforma da Administração Local uma vez que a CI Região de Aveiro está a fazer um documento com a Universidade de Aveiro, sobre as competências das regiões piloto e a reforma das freguesias. Manifestou preocupação relativamente ao Centro Hospitalar do Baixo Vouga, designadamente com a construção do Hospital de Estarreja e com as urgências do Hospital de Águeda, e que será importante revermos a estratégia neste processo. Considera bem observado a questão do reforço das competências para o Centro Hospitalar e a pressão política tem de ser um trabalho de todos os Presidentes dos municípios associados e não apenas do Presidente do CE da CI Região de Aveiro. ----------

José Fragateiro (Ovar) manifestou preocupações com a possível privatização da água. Sobre o Polis Ria de Aveiro questionou se em 2014 teremos a Ria acessível e com os investimentos previstos em marcha. Referiu que os acessos aos portos de recreio estão cada vez mais difíceis, estando neste momento ameaçadas diversas zonas lagunares. Questionou a possível integração do Polis na CIRA, que considera boa ideia, de modo a termos mais protagonismo, para que todos juntos ajudemos a cuidar deste ex-líbris. Congratulou a CI Região de Aveiro pelo Programa PAPERA, e recordou que na 1ª edição em 2010 apareceram 10 projetos e em 2012 tivemos 110 candidaturas, que revela o interesse particular neste programa e a necessidade das coletividades terem mais uma possibilidade de apoio. ----------

Paulo Nordeste (Ílhavo) solicitou uma clarificação relativa à "Operação Limpeza" do QREN, se é uma operação que diz respeito a projetos que não são exequíveis por algum motivo, ou se tem alguma reformulação estratégica, e qual o impacto nos projetos da CIRA. --

Paulo Anes (Aveiro) referiu que na última assembleia foi pedido alguma celeridade ao processo do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro, por causa da Linha do Vouga. Esta questão também já foi levantada na Assembleia Municipal de Aveiro, onde referiu que deveríamos aguardar por este estudo, caso contrário, existiriam processos paralelos com o mesmo objetivo. ----------

O Presidente do Conselho Executivo referiu que a reunião com o Secretario de Estado das Autarquias Locais, Dr. Paulo Júlio, na reunião do Conselho Executivo de Sever do Vouga, debateu a Reforma da Administração Local. O exercício base do Secretário de Estado era fazer uma ação de campanha sobre a sua proposta de lei de agregação de freguesias. O Conselho Executivo preparou a reunião para outras matérias, para a reforma de uma forma global, para a magna questão das competências e do financiamento, e para questionar e pedir a sua atenção para algumas das questões pendentes da Região. Foi ainda aprofundado a questão do Estudo-Piloto. Esta visita enquadra-se numa ação que o SE está a realizar junto de todas as CIMs e Áreas Metropolitanas. ----------

A questão das portagens e da Linha do Vouga foi abordada na reunião com o Secretário de Estado Dr. Sérgio Monteiro, que tem a tutela desta área, onde foram explanadas grandes preocupações: as portagens, com o aprisionamento da cidade de Aveiro a uma rede de autoestradas completamente portajadas, e onde foi reiterada a posição, após este período experimental, da injustificação das portagens na A25, dado que esta não tem alternativa. Informou ainda que o governo pretende efetuar uma avaliação deste período de introdução de portagens nas SCUT e elaborar um plano de medidas de ajustamento a este processo. Sobre a Linha do Vouga foi pedida informação ao SE para transmitirmos à empresa que elabora o PIMTRA, para aferir da sustentabilidade objetiva desta linha, a estrutura real de custos, proveitos e condicionantes técnicos da Linha do Vouga. Queremos uma abordagem de base profissional e no quadro das propositurа que o Plano vai ter, acrescentar esta propositura. Referiu ainda que foi dado um prazo adicional de 3 meses à empresa que está a elaborar o PIMTRA para terminar a fase de diagnóstico e caracterização. ----------

Relativamente à questão da AdRA, o Presidente do CE informou que é um dossiê suspenso. Finalmente há um novo Conselho de Administração na AdP, e o Presidente da AdRA é membro dessa administração, portanto, conhece bem a realidade da Região de Aveiro. A 12 de março houve uma reunião com a nova administração, onde se apresentaram as maiores preocupações e realizou-se no dia 22 de março a assembleia da AdRA. Existe o compromisso da administração para a revisão do EVEF - Estudo de Viabilidade Económica e Financeira visando a replanificação do plano de investimentos, com os *inputs* que o governo vai ter que dar, designadamente na sustentabilidade financeira, quer no acesso ao POVT, quer de acesso ao financiamento bancário para a Comparticipação Pública Nacional. Pretende-se ainda adequar o esforço de uns ao esforço de todos. A última atualização do tarifário, aprovada em novembro de 2011, já foi realizada no limite do tolerável. Esta revisão do EVEF envolverá a evolução tarifária para 2013, a replanificação do quadro de investimentos e da própria vida da empresa. Referiu ainda que neste momento existem três grandes objetivos do Governo para o grupo AdP: o 1° é a fusão de empresas, diminuindo o número de empresas no grupo, retirando ganhos na estrutura de custos; o 2° é a verticalização, negociar com os municípios para criar empresas onde se faça a gestão da rede em alta e em baixa; e 3°, privatizar, onde existem duas áreas distintas. Nos resíduos, pretende-se a privatização da EGF

– Empresa Geral de Fomento, num setor que o mercado já quer. Nas águas/saneamento não é de todo possível colocar esta área no mercado. Só as redes dos municípios valem 20 mil milhões de euros. Após a racionalização do grupo, o Governo pretende abrir os capitais a privados e privatizar na lógica dos serviços, que no fundo representa o que já está no contrato da AdRA (sujeita à regra da unanimidade), ou seja, a possibilidade de concessionar serviços. Nesta abordagem, importa refletir o que interessará mais à Região de Aveiro, se a fusão da SIMRia com as Águas do Mondego e a SIMLiz ou uma abordagem piloto, cumprindo o 1° e 2° objetivos da racionalização da AdP, com a fusão da SIMRia com a AdRA (fusão e verticalização). A Região de Aveiro também poderá dar o exemplo neste processo. ----------

Sobre a questão da Polis Litoral Ria de Aveiro, o Presidente do CE informou que o Conselho Executivo tem tido uma atitude política clara, intensa com o Governo, reiterando que o nosso partido é a Região de Aveiro e não é o sinal deste Governo, do anterior ou do próximo que altera o nosso compromisso. Informou que continuamos à espera que o Governo tome decisões, uma vez que hoje as questões são cada vez mais dramáticas. A Polis Ria de Aveiro tem 22 milhões de euros de concurso de obra prontos, à espera que o Governo desbloqueie os concursos do POVT e do PO Regional, caso contrário não poderemos enviar para o Tribunal de Contas, porque não teremos comprovada a capacidade de financiamento dos objetivos. Os municípios já realizaram 6 milhões de euros de capital social, o Estado já realizou todos os 17 milhões de euros. Nesta matéria já existe um novo interlocutor, a Agência Portuguesa de Ambiente, que ficou a gerir os Programas Polis, e as ARH ficaram na prática como departamentos desta agência. ----------

Relativamente ao Documento Verde da Reforma da Administração Local, o Presidente do Conselho Executivo informou que existem duas abordagens. Por um lado, o Estudo-Piloto sobre o qual está para ser apresentado o 1° relatório com a definição das áreas de transferências de competências, sejam dos municípios para a CIM, seja da administração central para as CIMs. A Direção Geral das Autarquias Locais é a entidade que está a elaborar este relatório. A grande dificuldade prende-se com as competências a descentralizar, uma vez que os serviços da administração central não conseguem quantificar essas transferências. Os municípios, com mais ou menos dificuldade, forneceram esses elementos, ainda que com algumas diferenças face à matriz de custos. Por outro lado, temos o Parecer Conjunto da CIRA/UA, que está terminado, e a ser limado, com contributos para a Reforma do Poder Local na questão das competências, do financiamento e do novo papel do Poder Local como elemento de dinamização da atividade económica e de coesão social, e apenas com pequenas referências à questão da agregação das freguesias. Este documento será entregue ao governo e de seguida tornado público. ----------

Sobre a questão do Centro Hospitalar do Baixo Vouga o Presidente do CE informou que se reuniu com a nova administração a qual reiterou a aposta na capacitação técnica do Centro Hospitalar e da importância das três componentes deste centro. Não há perspetiva nesta estrutura de esvaziamento de Águeda e Estarreja, podendo mesmo algumas valências importantes terem sede nesses dois hospitais. Existe sim, falta de sustentabilidade financeira para a qualificação e ampliação das urgências do Hospital de Águeda. Este é um dos projetos que a "Operação Limpeza" vai limpar, por incapacidade financeira do Ministério da Saúde. ---

O Presidente do CE informou que na questão do desassoreamento dos canais, no âmbito do Programa Polis, se tudo correr bem as obras estarão no terreno em 2014. Considerou que deverão ser pensadas estratégias para este efeito, com reservas de investimentos de manutenção, uma vez que com os orçamentos dos municípios e do Estado não haverá capacidade para tal. É importante ganhar competência técnica e financeira para

isto. Uma das propostas do Estudo-Piloto vai no sentido de ser a CIRA a ter a competência de gerir a Ria e se poder montar uma operação de manutenção regular com os municípios e as associações náuticas, e não de 15 em 15 anos, com dimensões financeiras elevadas. ----------

O Presidente do Conselho Executivo agradeceu as palavras para com o PAPERA e informou que também o CE ficou surpreendido com as 110 candidaturas, mas satisfeito face à relação crescente com o tecido associativo, procurando melhorar alguns aspectos na edição do próximo ano. ----------

Informou que a "Operação Limpeza" pretende colocar fora dos compromissos do QREN os projetos contratados sem execução ou com execução inferior a 10%. A CI Região de Aveiro não tem nenhum projeto nesta alçada, e nos municípios associados são poucos e com argumentos válidos para se manterem. Considera que a Região vai passar bem pela "Operação Limpeza". O Governo prevê libertar cerca de cinco mil milhões de euros para uma reprogramação estratégica. Os municípios já definiram as três áreas de investimento prioritário acordadas com o Governo: ciclo urbano da água, regeneração urbana e parque escolar. ----------

Augusto Leite (Murtosa) relativamente ao abastecimento público de água, feito pela empresa Águas da Região de Aveiro (AdRA), nomeadamente quanto ao aumento das tarifas que se têm vindo a aplicar aos consumidores, criticou a falta de realização dos investimentos em infraestruturas que aquela empresa se tinha comprometido fazer, e que serviram de base ao estudo que estipulou a atualização do tarifário. Considerou que se a AdRA não faz as obras a que se tinha comprometido, também não se deveria fazer a atualização e aumento das tarifas. Relembrou que os municípios detêm 49% do capital daquela empresa, criticando os presidentes das Câmaras Municipais acionistas, por nada fazerem para combaterem esta injustiça. ----------
Referiu que a equiparação das tarifas nos vários municípios prevista para o ano de 2014, já tem, nesta data, o escalão mais baixo igual em toda a região, e manifestou a sua preocupação acerca dos objetivos do Governo quanto à privatização do grupo Águas de Portugal"----------

Rui Marinha (Anadia) solicitou esclarecimentos sobre o novo mapa judiciário, das propostas do CE que assentam em alguns pressupostos, e se já houve alguma reunião com a Ministra da Justiça, nesta questão fulcral, ainda mais quando somos uma região piloto. --------

O Presidente do CE informou que a AdRA tem no terreno, e em diferentes fases, 14 milhões em obra, e mais 22 milhões prontos para lançar concursos, e projetos em execução para mais 30 milhões de euros. Reafirmou que esta empresa honrou todos os compromissos com os municípios e tem estado a fazer investimentos no terreno, recomendando a leitura do Relatório de Contas da empresa de 2011 e recordou que as tarifas aumentam uma vez por ano. O atraso no plano de investimentos vai aumentando, uma vez que desde a primeira fase dos investimentos, está parado. A empresa não tem condições legais para lançar obra. A revisão do EVEF – Estudo Viabilidade Económica Financeiro terminará este ano e as consequências serão totais, incluindo no tarifário. A harmonização e progressão tarifária terão de ser repensadas no mínimo para 7 anos. ----------

Relativamente à questão da justiça, o Presidente do Conselho Executivo informou que a Sra. Ministra da Justiça não recebe Presidentes de Câmara e que o Conselho Executivo da CI Região de Aveiro tomou uma posição pública com base em determinados pressupostos: entende que falta uma peça nesta reforma, desde logo, a avaliação da anterior reforma e refere que entende como absurdo, que um governo que na sua 1ª decisão política acabou com os distritos, permita que uma sua componente isolada vá rebuscar esta dimensão. O Conselho Executivo da Região de Aveiro reiterou ser contra a extinção do Tribunal de Sever do Vouga.

A justiça tem de estar presente junto dos cidadãos. Se apenas é preciso a presença de um juiz uma vez por semana, que compareça então apenas uma vez por semana e não seja o cidadão que ande atrás da justiça. Já houve uma pequena evolução, com uma proposta dos balcões de atendimento com possibilidade de teleconferência. Por outro lado, o Conselho Executivo assume que existem matérias que não se conseguem atingir como Comunidade Intermunicipal, designadamente no desenho de competências, face ao jogo de interesses de cada município. A capacidade política da CIM fazer esse jogo está diminuída. Assim, devem ser os agentes locais, e o Governo com base em critérios técnicos, a tomar essas decisões. O Presidente do CE reafirmou que o papel do Estado tem nos tribunais uma competência muito importante, e há investimentos muito recentes de qualificação de edifícios e compromissos assumidos que não podem ser rasgados. ----------

Almeida e Costa (Sever do Vouga) referiu a especificidade de Sever do Vouga, que já não é comarca, tem apenas 2 juízos, e só consta desta lista de tribunais a extinguir porque lhe retiraram os processos no âmbito da reforma em curso. ----------

---

---

3. Apreciação e Votação da Conta de Gerência/2011: ----------

O Presidente do Conselho Executivo considera que o documento é claro, que relata o ano de 2011, um ano importante, e a verdade das nossas atividades, da nossa realidade financeira, que não tem problemas, uma vez que quer os municípios, quer as entidades financiadoras têm cumprido globalmente as suas obrigações.

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia. ----------

Não houve inscrições para o uso da palavra neste ponto da ordem de trabalhos. ---------

O Presidente da Assembleia Intermunicipal colocou a votação o ponto número três da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: ----------

Apreciação e Votação da Conta de Gerência/2011, aprovada por maioria, com um voto contra, e em minuta. ----------

Os documentos de prestação de contas encontram-se integralmente elaborados, foram presentes à correspondente reunião e encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. ----------

---

---

4. Apreciação e Votação da 1ª Revisão Orçamental/2012: ----------

O Presidente do Conselho Executivo referiu que é um exercício clássico e obrigatório pela introdução do saldo, sem alterações na estrutura de objetivos para o ano, fixada no plano, sem relevância política e apenas utilidade administrativa. ----------

José Luís Almeida (Sever do Vouga) questionou a não existência de um aumento de dotação no PAPERA pois tem uma grande abrangência e deveria ter um reforço de verba. Solicitou esclarecimentos sobre o aumento de verba para o Parque de Ciência e Inovação (PCI), se já haverá obras este ano, e congratulou-se com a posição pública que o Presidente do CE tomou relativa ao mapa judiciário e ao Tribunal de Sever do Vouga. ----------

Rui Marinha (Anadia) questionou o reforço substancial de verba na rubrica de deslocações, seminários e publicidade, se tal de deve a novos projetos ou a colmatar verbas em falta. ----------

O Presidente do Conselho Executivo referiu que em relação ao PAPERA foi muito discutido o aumento ou não da dotação das verbas, face à procura, mas tomaram a decisão de

manter o valor para não dar um sinal de fartura numa época que não é de fartura, e em que os próprios municípios estão a reduzir este tipo de apoios. ----------

Em relação ao reforço da verba do PCI, é um reforço que com certeza não será efetivo, pois em princípio a vida da empresa este ano determinará que não haverá chamada de capital. Referiu ainda, que em termos de obra, estamos na fase de concurso público, com a perspetiva de adjudicação no verão e com o início de obras no último trimestre do ano. ----------

O reforço da verba na rubrica de deslocações e conferências deve-se essencialmente ao projeto "Aqua-add" e das obrigações que temos, uma vez que implica interação com parceiros de 9 países. Referiu ainda que a CI Região de Aveiro tem obrigações a esse nível noutros projetos, como por exemplo, no GAC-RA que não gastou nada em 2011 em conferências, seminários e deslocações, mas terá de começar a gastar em ações de promoção, por exemplo, no Fórum do Mar, na Exponor de 10 e 11 de maio. O reforço desta verba resulta da gestão deste tipo de projetos, que tem esta componente adstrita e a maior parte é referente ao "Aqua-add". ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal colocou a votação o quarto ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: ----------

Apreciação e Votação da 1ª Revisão Orçamental/2012, aprovada por unanimidade, e em minuta. ----------

Foi aprovada a elaboração da ata em minuta. ----------

Não havendo outros assuntos o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa. ----------

---

Rogério de São Bento Camões

Álvaro de Oliveira Gomes

Ernesto Carlos Rodrigues Barros